



XIX ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (EREBD/PB)

GT 6: Livre

Comunicação oral

NOVAS DISCUSSÕES, ANTIGOS DESAFIOS SOBRE A BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA CORRENTE E O CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

José de Sousa Silva¹
Priscila Correia de Lima²
Samara Ferreira da Silva³
Fabiana A. Lazzarin⁴

Resumo: O presente trabalho aborda questões sobre o Controle Bibliográfico Universal (CBU), do qual tem permitido acesso com maior rapidez e facilidade aos dados bibliográficos dos países. Em 1974 foi um dos temas debatidos pela Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento Nacional de Infraestrutura de Bibliotecas, Documentação e Arquivos e ainda são poucas as produções que retratam essa temática. Dessa forma, discutiremos as definições e a importância das bibliografias nacionais correntes que se constitui como um dos objetivos e ao mesmo tempo um dos grandes desafios do CBU, ou seja, a instalação de uma rede composta de elementos nacionais, cada um dos quais, de forma totalmente apta, a cobrir o amplo campo das atividades editoriais e bibliográficas. Nosso campo de observação se estrutura a partir da revisão bibliográfica através da historiografia, do qual perscrutaremos fontes organizadas de informação primária, secundária e terciária através de canais formais, bem como fontes de informação dispersas, através de literaturas cinzentas em seus sistemas de comunicação informal, tudo com o intuito de abranger em sua natureza qualitativa e de forma fidedigna algumas publicações historiográficas que abrangem o cenário do CBU e os desafios das bibliografias nacionais correntes.

¹Graduando no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: jose-sousasilva@hotmail.com

²Graduanda no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: priscilacorreia10@gmail.com

³Graduanda no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: samarasaldataerra2011@hotmail.com

⁴Professora da Universidade Federal do Cariri - UFCA. E-mail: fabiana.lazzarin@ufca.edu.br

Palavras-chave: Agência Bibliográfica Nacional. Biblioteconomia. Bibliografias Nacionais. Controle Bibliográfico Universal. Informação e Controle Bibliográfico.

NEW DISCUSSIONS, OLD CHALLENGES ON THE BRAZILIAN CURRENT BIBLIOGRAPHY AND THE UNIVERSAL BIBLIOGRAPHIC CONTROL

Abstract: *This paper discusses the Universal Bibliographic Control (CBU), which has allowed access more quickly and easily to the bibliographic data of the countries. In 1974, it was one of the topics discussed by the Intergovernmental Conference on National Planning Infrastructure Libraries, Archives and Documentation and there are few productions that portray this theme. Thus, we discuss the definitions and the importance of current national bibliographies that constitutes one of the objectives and at the same time one of the great challenges of the CBU, namely the installation of a composite of national elements network, each of which, fully able way, to cover the broad field of editorial and bibliographic activities. Our observation field is structured from the literature review by historiography, which will investigate organized sources of primary information, secondary and tertiary through formal channels and dispersed sources of information, through gray literature in their informal communication systems, all in order to cover for its qualitative and reliable way some historiographical publications covering the scene of the CBU and the challenges of current national bibliographies.*

Keywords: *National Bibliographic agency. Librarianship. National bibliographies. Universal Bibliographic Control. Information and Control Library.*

1 INTRODUÇÃO

Afora a paz mundial instalada de forma permanente, nada, talvez, ajude mais às sociedades em desenvolvimento a alcançarem seus objetivos e ao mundo no seu conjunto a tornar-se um mundo agradável para se viver, do que a disseminação ou “transferência” mundial efetiva da informação científica e tecnológica. (ATHERTON, 1977; MONTE-MÓR, 1981).

As palavras mencionadas há mais de trinta anos pelos áureos autores Atherton e Mey, talvez, nunca se fizeram tão atuais como nos tempos dos quais vivenciamos na contemporaneidade em que as nações jazem um cataclismo cultural com conflitos astronômicos, pátrias praticamente inteiras migrando de suas regiões para outras na procura de paz e, ao mesmo tempo, de forma simultânea, a busca infundável dos países desenvolvidos e em desenvolvimento por informações precisas, inéditas, rápidas e constantes sobre acordos decisivos baseados em divisão de responsabilidade, bem como o estabelecimento ascendente da ciência e da tecnologia em seus respectivos territórios.

Caminhando nessas premissas, como de forma lógica, chega-se a conclusão que para a concretização efetiva desta paz mundial e para a transferência universal de ciência e de tecnologia, a condição *sine qua non* é que a disseminação da informação ocorra em uma linguagem comum, com práticas e princípios gerais de cooperação

bibliográfica por meio do uso de normas e de padrões comuns no tratamento de documentos.

Permanecendo em um diálogo com Mey (1981), um exemplo desses esforços é o *Universal Bibliographic Control*, ou seja, o Controle Bibliográfico Universal (CBU), um dos temas debatidos pela Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento Nacional de Infraestrutura de Bibliotecas, Documentação e Arquivos em 1974.

Na definição e importância do estudo aqui presente, discutiremos as definições e a importância das bibliografias nacionais correntes que se constitui como um dos objetivos e ao mesmo tempo um dos grandes desafios do CBU, ou seja, a instalação de uma rede composta de elementos nacionais, cada um dos quais, de forma totalmente apta, a cobrir o amplo campo das atividades editoriais e bibliográficas, todos integrados, do nível nacional à interoperabilidade universal, dando ensejo à criação do sistema total.

Para alcançar este objetivo realizaremos um trabalho de revisão bibliográfica através da historiografia, do qual perscrutaremos fontes organizadas de informação primária, secundária e terciária através de canais formais, bem como fontes de informação dispersas, através de literaturas cinzentas em seus sistemas de comunicação informal, tudo com o intuito de abranger em sua natureza qualitativa e de forma fidedigna algumas publicações historiográficas que abrangem o cenário do CBU e os desafios das bibliografias nacionais correntes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A necessidade de atualização e de aquisição de novos conhecimentos exige do pesquisador uma busca constante de informações obtidas em variadas fontes. Dado o acúmulo de informações existentes na atualidade e sua dispersão física e digital, este acompanhamento se torna mais difícil, não somente pela impossibilidade de se acessar tudo o que existe e controlar toda a bibliografia, como pela própria limitação humana de absorver toda a informação relevante. Várias são as ferramentas de que os cientistas dispõem para acompanhar o desenvolvimento de pesquisas e discussões pertinentes nas diversas áreas do conhecimento. Uma delas é a revisão de literatura. (CAMPELLO; CÉDON; KREMER, 2000)

2.1 CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

O CBU visa reunir um grande número de obras de registros do conhecimento objetivando facilitar cada vez mais o acesso as diversas informações que nos rodeiam a todo o momento. Sendo este um sistema mundial de trocas dessas milhares de informações que adquirimos a cada momento.

O objetivo fundamental do CBU é tornar acessíveis os dados bibliográficos fundamentais relativos às publicações de todos os países, de forma que todos tenham acesso com maior rapidez e facilidade aos dados bibliográficos dos países que constitui o CBU. Tem como objetivo proporcionar um controle de registros bibliográficos eficaz de qualquer tipo de material, tornando cada item documentário único e ao mesmo tempo com possibilidades multidimensionais de recuperação e uso da informação contida nos mais diversos documentos.

Desenvolvido pela UNESCO e pela IFLA no ano de 1970, o CBU ainda se apresenta como uma utopia à espera de uma política capaz de concretizar os seus ideais. Tal política deve priorizar o estabelecimento de normas internacionalmente aceitas que permitam a permuta de informações em todos os lugares do mundo, sendo aderida por bibliotecários, editores e autores. O envolvimento desses profissionais no controle bibliográfico facilita o trabalho de tratamento e recuperação da informação sendo uma grande vantagem para a oportunidade de poder ter acesso a qualquer documento em pouco tempo como já é possível com os que já estão inseridos em bases de dados disponíveis na rede para qualquer pessoa do mundo. Segundo Sales (2008), atualmente o controle bibliográfico está dividido em três âmbitos:

- 1) nível geral: controle dos registros que é interesse de toda a nação e é de responsabilidade do governo.
- 2) nível particular: controle dos registros que interessam a um grupo de pessoas ou instituições que visam interesses comuns nesse controle.
- 3) nível interno: controle dos registros que é de interesse de usuários em particular ou instituições específica.

A institucionalização do controle bibliográfico tem como fundamento a crescente disseminação da informação através de diversificadas formas como: livros, documentos oficiais, comunicações eletrônicas e periódicos científicos. Com toda essa grande diversificação e disseminação da informação geraram-se uma grande necessidade de guardar todos os registros através de um sistema que permitia disponibilizar e recuperá-los em pouco tempo porque como existia uma grande procura

por essas informações os órgãos responsáveis por armazenar esses dados não tinham controle sobre eles por isso se viram obrigados a criar a CBU no qual o sistema organiza, disponibiliza e recupera todas as informações assim for necessário.

É importante ressaltar que para se constituir na prática o controle bibliográfico universal deve-se primeiramente buscar alternativas para institucionalização de controles bibliográficos nacionais. Nesse sentido são enfatizados dois aspectos referentes ao CBU:

- O reconhecimento de que todos os países estão bem mais capacitados para identificar e registrar sua produção editorial.
- A aceitação pelos países de normas internacionais para o registro da descrição bibliográfica de sua produção bibliográfica. (CAMPELLO, MAGALHAES, 1997.p.6).

Com a colaboração e a integração entre diversos países, independente do seu status financeiro eles serão responsáveis pela descrição bibliográfica e divulgação das publicações neles originadas por meio das Bibliografias Nacionais.

Dialogando com Campello (2006, p.11) “essas primeiras tentativas de controle bibliográfico formava um conjunto desestruturado de iniciativas individuais e trabalho voluntário”, um dos pontos identificados é um planejamento estruturado que levasse em conta a necessidade dos usuários.

Em 1977 a UNESCO, juntamente com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), propôs diretrizes para o programa denominado Controle Bibliográfico Universal (CBU), que na visão de Campello (2006) consistiu em unir e tornar disponível os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando assim, o ideal de acesso de todos os cidadãos ao conjunto de conhecimento universal.

Machado (2003, p.51) define CBU como: (verificar o tamanho da fonte na citação)

Um programa com objetivo de longo alcance cujas as atividades levam a formação de um rede universal de controle de intercâmbio de informação bibliográficos, de modo a tornar prontamente disponíveis, com rapidez e de forma universalmente compatível, os dados bibliográficos básicos de todas as publicações editadas em todos os países.

No Brasil a preocupação com a elaboração de registros bibliográficos que minimizassem os custos da catalogação e contribuíssem para o CBU, resultou em um crescimento da catalogação cooperativa e, conseqüentemente na necessidade do consenso sobre a composição dos registros, sendo as palavras de ordem compartilhar e inovar. Neste intuito entra em cena a Biblioteca Nacional, como sendo o órgão responsável pelo Controle Bibliográfico Nacional. Começamos a compreender os desafios que se fazem presentes ao CBU conhecendo a importância e as particularidades da Agência Bibliográfica Nacional por meio de tentativas para impulsionar o compartilhamento.

2.1.1 Agência Bibliográfica Nacional

A agência bibliográfica nacional (ABN) é uma estrutura responsável por coordenar os mecanismos necessários para captação e registros de documentos, facilitando o acesso de qualquer cidadão aos diversos tipos de informações contidas no conjunto da produção universal. Depois de ficar bem claro que para o controle bibliográfico obter êxito nas suas funções ele primeiro deve começar em nível nacional investindo nos órgãos locais como em bibliotecas nacionais. Por isso é que os responsáveis pelo CBU aconselham a cada país criar primeiro uma agência bibliográfica nacional (ABN) a qual caberá a:

Coordenação dos mecanismos que implementados em âmbito nacional facilitam os processos de captação e registro bibliográfico dos documentos, possibilitando o acesso eficiente á informações produzidas no país. São eles: o depósito legal, os registros bibliográficos que, reunidos, formam a bibliografia nacional, as normas que proporcionam a uniformização dos registros (ISBDs), os números de identificação de documentos (ISBN e ISSN) os programas de catalogação na publicação (CIP), e de disponibilidade de publicação (UAP). (CAMPELLO, MAGALHÃES 1997, p.67)

O papel que ABN exerce está inserido tanto em nível nacional como internacional e se por eventual a ABN estar realizando um trabalho de baixa qualidade em algum país conseqüentemente o seu serviço de baixa qualidade atingirá a nível internacional podendo prejudicar todos os países que estão ligados ao CBU porque todas as agências estão ligadas diretamente e indiretamente ao CBU.

A UNESCO recomenda que a agência bibliográfica nacional seja um dos setores existentes em uma biblioteca nacional de cada país que compõem o controle bibliográfico universal. Dentre outras funções de uma ABN destacamos as seguintes:

- Controlar o depósito legal e o cumprimento da respectiva lei;
- Manter catálogos coletivos nacionais, não tanto com o objetivo de localizar publicações, mas principalmente de identificar itens não depositados ou não registrados na bibliografia nacional;
- Atuar como agência central de catalogação, encarregando-se de: a) manutenção da lista padronizada de nomes de autores do país (pessoas físicas, nome geográficos, entidades coletivas); b) definição de regras catalográficas a serem utilizadas na bibliografia nacional, em catálogos coletivos e nas bibliotecas do país, seguindo padrões internacionais; c) manutenção do programa de catalogação na publicação;
- Manter o centro de atribuição dos números padronizados para documentos: o ISSN e o ISBN;
- Coordenar o intercâmbio de registros bibliográficos com ABNs de outros países;
- Assessorar sistemas de informação especializada na incorporação de seus registros bibliográficos em sistemas, internacionais. (CAMPELLO; MAGALHÃES, 1997, p. 14).

2.1.2 Controle Bibliográfico no Brasil

Para Machado (2003, p.?) “Bibliografia nacional deve ser entendida como um repertório que relaciona material bibliográfico de todos os assuntos, publicado dentro do território de determinados países”. Segundo o modelo da bibliografia nacional proposto pela UNESCO e pela IFLA em 1977, a bibliografia nacional deve ter base geográfica, incluindo registros de publicações editados dentro das fronteiras do país.

Com o decreto n.1825, de 20/12/1990, sobre o depósito legal das obras na biblioteca nacional surgiu a necessidade de um boletim bibliográfico com a finalidade de registrar as publicações recebidas em virtude do decreto acima citado. Em 1918 surgiu o boletim bibliográfico da biblioteca nacional que marcou o início da produção oficial da bibliografia no Brasil. No ano de 1982 o boletim muda o seu nome para bibliografia brasileira, com esse título manteve-se durante 10 anos e depois foi suspenso.

Com a falta de um projeto com estrutura que garanta a produção da bibliografia nacional surgiu o aparecimento de inúmeras iniciativas desenvolvidas por órgãos governamentais, editoras, comerciais para suprir essa carência. As principais

instituições que contribuirão para a bibliografia brasileira foram a INL (Instituto nacional do livro), IBBD (Instituto Brasileiro de bibliografia e documentação), IBICT (Instituto Brasileiro de informação em ciência e tecnologia), e biblioteca Municipal Mário de Andrade.

2.1.3 Instituto Nacional do Livro

O Instituto Nacional do Livro (INL) publicou em 1938 a Bibliografia Brasileira, com arranjo de catalogo-dicionário, composta apenas de onze volumes com publicação no período de 1938 a 1955. Em 1958, o INL passa a editar a Revista do Livro divulgando uma bibliografia brasileira corrente. No ano seguinte em 1967 o instituto publicou o primeiro fascículo da Bibliografia Brasileira mensal, que apresenta as referências bibliográficas obedecendo a uma ordem sistemática, índices onomásticos e biblionímicos e ainda uma lista de periódico e editores.

2.1.4 Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

Órgão criado em 1954, pelo Conselho Nacional de Pesquisa, por sugestão da UNESCO e com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas e do Departamento Administrativo de Serviços Públicos (DASP), o centro nacional de documentação e informação para a ciência e tecnologia. Tem como objetivo o controle e a divulgação da produção bibliográfica brasileira nas áreas especializadas: “Bibliografia Brasileira de Botânica”, “Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais”, Bibliografia Brasileira de Física”, Bibliografia Brasileira de Direito”, “Bibliografia Brasileira de Documentação”, Bibliografia Brasileira de Matemática, etc. Suas principais contribuições para bibliografia brasileira foi com as seguintes publicações: Revista do Livro, Relatório, Bibliografia Brasileira de Documentação.

2.1.5 Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia

Nasceu a partir do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Cujo objetivo era preencher uma lacuna do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quanto à necessidade de informações em ciências e tecnologia. Suas principais contribuições para a bibliografia brasileira foi com a publicações: Catalogo Coletivo Nacional CCN, Bibliografia Brasileira de Ciência da Informação.

2.1.6 Biblioteca Municipal Mário de Andrade

Se trata da mais importantes bibliotecas da pesquisa do país. Fundada em 1925 como Biblioteca Municipal de São Paulo, é a maior biblioteca pública da cidade e a segunda maior biblioteca pública do país, superada apenas pela a Biblioteca Nacional. Possui um dos maiores acervos do País, formados por livros, periódicos, mapas e multimeios. Suas principais contribuições para bibliografia brasileira foi com as publicações: Boletim Bibliográfico.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura que segundo Gil (2002, p.162) "É a parte dedicada à contextualização teórica do problema e a seu relacionamento com o que tem sido investigado a seu respeito". Abrangência temática do artigo se dá através de uma pesquisa bibliográfica realizada em fontes de informação que foram localizadas em sistemas de comunicação com canais formais e informais, em documentos primários, secundários e terciários, bem como literaturas cinzentas no qual Gomes (2000, p.92) defini como "Usada para designar documentos não convencionais e semi-publicados, produzidos nos âmbitos governamental, acadêmico, comercial e da indústria", que abordasse o tema a bibliografia Brasileira corrente e o Controle Bibliográfico Universal e a suas intuições colaboradoras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados deste estudo são preliminares por se tratar de uma revisão de literatura e assim como fontes inesgotáveis de informação. A partir das discussões elencadas podemos conjecturar algumas discussões no cenário da Bibliografia nacional no qual aborda a importância e os desafios que a CBU brasileira enfrentou e vem enfrentando no decorrer dos anos, além de retratar um pouco sobre as contribuições das instituições que colaboraram para o desenvolvimento do controle bibliográfico brasileiro.

Esse estudos permitir concluir que CBU ainda encontra desafios em instalar uma rede composta de elementos nacionais, cada um dos quais, de forma totalmente apta, a cobrir o amplo campo das atividades editoriais e bibliográficas. Visando organizar sua informação para que ele se torne acessivo ao usuário e demais instituições.

Os desafios que encontraram através desta revisão é fato de que ainda são poucos os estudos desenvolvidos sobre a temática. Assim dentre os materiais consultados tivemos mais informações através dos sites das Bibliografias Nacionais pesquisadas. Assim nossa análise partiu da literatura cinzenta com objetivo de abranger as publicações historiográficas sobre o Controle Bibliográfico Nacionais correntes, cujo ainda são estudos não tão recente sobre a CBU.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi proposto percebe-se a necessidade do CBU no sistema de recuperação da informação, os quais permitem, respectivamente, manter guardadas as histórias das nações em forma de arquivo e resgata-la de maneira a não se perder sua identidade.

Esperamos que a divulgação destas informações chamem a atenção para a situação da bibliografia brasileira, que se encontra atualmente em processos de transformações. Acreditamos que é necessário um esforço coletivo dos profissionais da biblioteconomia e instituição para solucionar determinados problemas, implantando soluções concretas de forma rápida e eficiente.

Sabe-se que o caminho é longo, árduo e, coloca o bibliotecário diante de desafios que exigem uma constante atualização das suas competências profissionais no âmbito do CBU; mas, se não for dado o primeiro passo rumo a concreta organização da bibliografia nacional nunca teremos uma organização informacional que facilite a busca e a recuperação da informação de forma rápida e precisa facilitando se assim a pesquisa do usuário.

Portanto, desafio e ousadia são a força-motriz a impulsionar novos empreendimentos nesse fértil solo de investigação científica para que as agências de bibliografias nacionais impõe que o controle bibliográfico universal facilite a pesquisa informacional dos usuários sobre determinados tipos de informações. Com o intuito de recomendar melhorias na qualidade desta pesquisa, os autores sugerem como recomendações para pesquisas futuras saber os deveres do CBU em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

ATHERTON, P. **Manuel pour les systemes et service d'Information**. Paris: UNESCO, 1977.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE. Disponível em:
<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/>> Acesso em: 15 julho 2013.

CAMPELLO, B.S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2^oed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CAMPELLO, B.S; CENDÓN, B.V; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FONSECA, E.N. Bibliografia Brasileira Corrente: Evolução e Estado Atual do Problema, **Ciência da Informação**, v. 1, n.1, p. 9-14, jun.1972.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO – INL. Disponível em:<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducaoCulturaPropaganda/INL>> Acesso em: 15 julho 2015.

MACHADO, A.M.S. **Informação e controle bibliográficos**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MONTEIRO, C.S. **Sistemas de alimentação de catálogos e base de dados**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003. Disponível em:
<<http://bibliodata.ibict.br/geral/docs/Capafinal.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2015.

MONTE-MÓR, Jannice Mello. Controle bibliográfico nacional. **Rev. Esc. Bibliotec. UFMG**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 1-12, mar.1981.

SALES, M.C. **O controle bibliográfico das publicações oficiais**: que responde pelo controle do depósito legal. Disponível em:<<http://docslide.com.br/documents/o-controle-bibliografico-das-publicacoes-oficiais-quem-responde-pelo-controle-do-deposito-legal-maria-creuza-de-sales-bibliotecaria-trt22a-regiao-natal.html>>. Acesso em: 15 julho 2015.